



A EDUCAÇÃO ESCOLAR INDÍGENA NA REGIÃO OESTE DO PARÁ: DA ALDEIA TAKUARA/BELTERRA À UNIVERSIDADE FEDERAL EM SANTARÉM¹

INDIGENOUS SCHOOL EDUCATION IN THE WEST REGION OF PARÁ: FROM TAKUARA/BELTERRA VILLAGE TO THE FEDERAL UNIVERSITY IN SANTARÉM

Marcos Ferreira Pereira¹

Tania Suely Azevedo Brasileiro²³

RESUMO

O presente artigo trata de uma pesquisa bibliográfica e autobiográfica do primeiro autor, na qual traz uma breve abordagem da Educação Escolar Indígena na Amazônia Paraense, região oeste do Pará, com ênfase na aldeia Taquara, no município de Belterra/Pará, destacando a importância da Educação Escolar Indígena na vida do Povo Munduruku. Este texto relata o seu percurso escolar da aldeia a universidade, abordando as principais legislações brasileiras que asseguram essa modalidade de ensino, como a Constituição Federal Brasileira (1988) e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (1996), levando a compreensão de que ter leis que assegurem esse direito não é garantia que os povos indígenas tenham sua efetivação. Assim, neste relato autobiográfico, amparado no debate com a legislação e a literatura, se buscou traçar os passos dos primeiros contatos com o processo de escolarização, revelando vivências e desafios do percurso escolar da aldeia Taquara, no município de Belterra, até a Universidade Federal do Oeste do Pará, no município de Santarém/PA.

Palavras-chave: Educação escolar indígena. Povo Munduruku. Aldeia Taquara. Amazônia paraense.

ABSTRACT/ RESUMEN

This article deals with a bibliographical and autobiographical research by the first author, in which he brings a brief approach to Indigenous School Education in the Amazon of Pará, western region of Pará, with an emphasis on the Taquara village, in the municipality of Belterra/Pará, highlighting the importance of Indigenous School Education in the lives of the Munduruku People. This text reports on his school journey from village to university, addressing the main Brazilian legislation that ensures this type of teaching, such as the Brazilian Federal Constitution (1988) and the Law of Guidelines and Bases of National Education (1996), leading to an understanding of that having laws that guarantee this right is not a guarantee that indigenous peoples will have this right fulfilled. Thus, in this autobiographical report, supported by the debate with legislation and literature, we sought to trace the steps of the first contacts with the schooling process, revealing experiences and challenges of the school journey from the village of Taquara, in the municipality of Belterra, to the Federal University of Western Pará, in the municipality of Santarém/PA.

Keywords/Palabras clave: Indigenous school education. Munduruku people. Taquara Village. Pará Amazon

¹ Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) defendido junto ao curso de Licenciatura em Informática Educacional, Instituto de Ciências da Educação (ICED), Universidade Federal do Oeste do Pará (UFOPA).

² Discente do curso de licenciatura em Informática Educacional, Instituto de Ciências da Educação, Universidade Federal do Oeste do Pará (UFOPA). E-mail: mfpmarquinho@gmail.com

³ Professora Titular da Universidade Federal do Oeste do Pará (UFOPA), lotada no Instituto de Ciências da Educação (ICED) e docente permanente dos programas de pós-graduação: mestrado acadêmico em Sociedade, Ambiente e Qualidade de Vida (PPGSAQ), doutorado em Sociedade, Natureza e Desenvolvimento (PPGSND) e doutorado em Educação na Amazônia (PGEDA/EDUCANORTE). É Líder do grupo de estudos e pesquisa PRAXIS UFOPA/CNPq. E-mail: brasileirotonia@gmail.com País: Brasil. Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-8423-4466>



INTRODUÇÃO

Falar sobre a Educação escolar indígena na aldeia takuara no município de Belterra/PA tem grande importância para fortalecer uma das bases sólidas na busca pela educação diferenciada no território, o que, com toda certeza, fará estudantes fortes e cientes naquilo do que somos como povos originários e dessa maneira permanecer sempre ligados as raízes de ancestralidades.

Por entender a importância dessa modalidade de ensino na formação do ser humano e por ser um dos direitos fundamentais a vida que, baseado nas ações de transmissão, produção e reprodução de seus valores culturais, a educação escolar indígena é um modelo educacional direcionado especificamente para as comunidades indígenas. Ela busca respeitar e valorizar a cultura, as tradições e as línguas indígenas, além de promover a inclusão dos conhecimentos ancestrais no currículo escolar.

A educação escolar indígena tem como objetivo garantir o acesso, permanência e sucesso dos estudantes indígenas nas escolas, considerando suas especificidades históricas, sociais, culturais e linguísticas. Ela busca fortalecer a identidade e o protagonismo dos povos indígenas, além de promover a valorização e o respeito à diversidade cultural, nesse sentido.

Nessa perspectiva, Silva e Milhomem (2020, p.10) assim se referem:

É sabido que, os indígenas possuem seus métodos próprios de aquisição de troca e de construção de saberes quando as crianças aprendem no convívio familiar e nos espaços sociais que existem dentro das comunidades. Por sua vez, a escola dentro das aldeias surge então como uma aliada no processo de educação das crianças, jovens e adultas(os) indígenas e como um espaço de reafirmação de identidades, reconhecimento e pertencimento ético.

Esse modelo de educação busca combater o preconceito, a discriminação e a exclusão, buscando a construção de uma educação intercultural que valorize tanto os conhecimentos indígenas quanto os conhecimentos da sociedade envolvente. É essencial que haja a participação e o controle das próprias comunidades indígenas na definição das políticas educacionais e na gestão de suas escolas.

No Brasil, a educação escolar indígena é assegurada pela Constituição Federal e pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) – Lei n. 8394/1996, que estabelecem a obrigatoriedade do ensino de história e cultura indígena em todas as escolas, além da oferta de uma educação escolar diferenciada e bilíngue para os estudantes indígenas.



Levando em consideração que a educação é constituída por um conjunto de ações, as quais tornam-se imprescindíveis para o desenvolvimento e constituição cultural de uma sociedade, ela é essencial para o pleno desenvolvimento das pessoas, para o exercício de outros direitos humanos, para a promoção da igualdade de oportunidades, para o combate à pobreza e à exclusão social, para o fortalecimento da cidadania e para o progresso econômico e social de uma sociedade (BANIWA, 2006).

Portanto, o direito universal da educação exige que os governos e demais atores sociais adotem todas as medidas necessárias para garantir o acesso, a qualidade e a equidade na educação, garantindo o direito de cada indivíduo de desenvolver seu potencial máximo e participar plenamente da vida em sociedade. No estado brasileiro, o direito a educação é assegurado pela Constituição Federal de 1988, ao estabelecer que:

A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho. (BRASIL, 1988, cap V, art, 206).

A educação é um direito universal e um dos direitos humanos essenciais que é reconhecida pela Organização das Nações Unidas (ONU). É por meio desse direito que se afirmam que todos os seres humanos têm direito ao acesso a uma educação de qualidade, equitativa e inclusiva, sem embargo de sua idade, gênero, raça, etnia, deficiência, origem social ou econômica. Conforme asseguram as legislações internacionais, bem como a Constituição Brasileira, a educação é direito fundamental do ser humano, então o que deve ser feito para que esse direito tenha sua total efetivação para todos os povos?

A constituição federal de 1988 influência significativa uma educação diferenciada aos povos indígenas do Brasil, pois foi por meio dessa legislação nacional que se reconhece o direito dos povos originários, como declara em seus artigos 231 e 232:

Art. 231. São reconhecidos aos índios sua organização social, costumes, línguas, crenças e tradições, e os direitos originários sobre as terras que tradicionalmente ocupam, competindo à União demarcá-las, proteger e fazer respeitar todos os seus bens.

Art. 232. Os índios, suas comunidades e organizações são partes legítimas para ingressar em juízo em defesa de seus direitos e interesses, intervindo o Ministério Público em todos os atos do processo. (BRASIL, 1988, p. 133-134).



Um dos motivos que me levaram a pensar no objeto para estudo foi o pouco interesse e censura por parte do poder público municipal e pela inexistência de políticas públicas voltadas para essa área. A educação escolar indígena é a ferramenta que dá acesso que os povos originários possam assumir o papel de protagonismo em suas histórias, ela fortalece o processo de afirmação de suas identidades, pois cada povo possui um modo de vida e costumes particulares dentro da sociedade.

E, foi por essa ausência de políticas públicas estadual e local, que tem reforçado a invisibilidade de direitos assegurados para os povos indígenas, em especial dos povos indígenas do baixo tapajós, que decidi abordar em meu trabalho de conclusão de curso um desses direitos constitucionais garantidos: a Educação Escolar Indígena, apesar dele vim sendo negado, ao longo dos séculos, por parte do poder público, em especial no município de Belterra, no oeste paraense.

Assim, na seção seguinte tratamos sobre a educação escolar indígena no Brasil a partir de sua legislação, na sequência trago o relato do meu percurso escolar a partir da aldeia até conseguir chegar à universidade pública federal no oeste do Pará, finalizando este TCC com as considerações sobre o estudo realizado.

A EDUCAÇÃO ESCOLAR INDÍGENA NO BRASIL A LUZ DAS LEGISLAÇÕES

Os primeiros contatos com processo de escolarização indígena no Brasil ocorreram aproximadamente em meados do século XVI pelos jesuítas. A Companhia de Jesus, ordem religiosa fundada por Inácio de Loyola, chegou ao Brasil em 1549 com a missão de catequizar os indígenas e colonizar o território. A ordenação dos jesuítas, por parte do rei Dom João III, e a criação do Governo Geral foram marcos importantes para a implantação do sistema educacional jesuíta no país.

Os jesuítas fundaram colégios e aldeamentos, onde os indígenas eram ensinados nas línguas nativas e na língua portuguesa, além de receberem instruções religiosas e aprendizado em ofícios. Essa tentativa de doutrinação e assimilação cultural dos indígenas se manteve até meados do século XVIII quando a Companhia de Jesus foi expulsa do Brasil, em 1759, por ordem do Marquês de Pombal. Nesse sentido, como afirma Medeiros (2018, p.7): “As primeiras experiências de escolarização dos povos indígenas ocorreram então pelas mãos dos jesuítas, que desembarcaram no Brasil em 1549 e aqui permaneceram até sua expulsão em 1759.”.



As primeiras lutas para o processo educacional indígena no Brasil têm seus primeiros passos em meados dos anos 70, apesar do vasto em que esse sistema educacional ainda é invisibilizado e desconhecido pelo estado e até mesmo pelas populações que deveriam usufruir desse direito. Essa modalidade possui valores e conhecimentos indispensáveis para a permanência e resistência dos povos autóctones, que durante muito tempo foram submetidos aos modos de vida ocidental, causando, assim, uma drástica violação de direitos, entre eles o acesso à educação.

A educação escolar indígena atualmente é um instrumento de valor imprescindível para luta e garantia de direitos assegurados aos povos indígenas no Brasil, e tem como objetivo descolonizar o modelo de educação o qual os povos originários foram submetidos a séculos.

Destaca-se a importância da compreensão do que é a educação escolar indígena, como e onde ela está presente e como é vista pela sociedade ocidental. É o momento de apoderar -se desse direito constitucional e despertar o conhecimento sobre ela em todas as formas, para que se possa permanecer com nossas raízes em nossa ancestralidade e continuar mantendo vivas todas as formas de vida, costumes, crenças e tradições.

A educação escolar indígena nas escolas indígenas feitas para indígenas, até pouco tempo era apenas vivenciada no papel. Embora seja um dos direitos fundamentais para a vida do ser humano, ainda é desconhecida por grande parte da sociedade.

O modelo de educação que os povos originários eram inseridos tinham objetivos que remetiam, ou remetem, a viver e pensar aos modos da sociedade envolvente, conforme afirma Ferraro e Schafer (2007, p. 2):

Durante muito tempo e ainda hoje foi/é uma forma de dominar e impor um determinado tipo de conhecimento; foi/é uma forma de adaptar o indígena a uma determinada sociedade, de transformá-lo apto a cumprir certos requisitos necessários para sobreviver na sociedade do “branco”, ou seja, a educação por muito tempo foi uma forma de transformar o índio em mão-de-obra qualificada e barata (quando não escrava).

Qualquer ser humano tem o direito de pensar e buscar conhecimento por si próprio, e assim alcançar seu entendimento sobre o ambiente e meio o qual está inserido e poder desfrutar de sua capacidade intelectual, buscando o ponto de vista de sua discussão independente de religião ou etnia etc.; não basta ter o direito assegurado, tem que colocar em prática, só assim será possível perceber o resultado a respeito à diversidade e da importância da educação escolar,



principalmente para os indígenas. A educação escolar indígena é específica de cada povo, como afirma Baniwa (2006, p.159):

As escolas indígenas diferenciadas pautam suas ações e estratégias de transmissão, produção e reprodução de conhecimentos na proposta de possibilitar às coletividades indígenas a recuperação de suas memórias históricas, a reafirmação de suas identidades étnicas, a valorização de suas línguas, tradições e ciências, a defesa de seus territórios e outros direitos básicos, além de lhes dar acesso adequado às informações e aos conhecimentos técnicos e científicos da sociedade global, necessários à garantia e à melhoria da vida pós-contato.

O modelo educacional brasileiro voltado para os povos indígenas precisa de efetivação concreta em todos os níveis de ensino, pois isso vai acompanhar o indígena durante a sua vivência em todo seu percurso como estudante. É perceptível que há oscilação ou ruptura da educação básica, ensino médio e ensino superior, segundo Baniwa (2006, p. 170):

As escolas de educação básica presentes nas comunidades indígenas enfrentam hoje profundas contradições e ambiguidades, em grande medida por conta do modelo educacional seriado vigente no país. O bilinguismo, por exemplo, geralmente só é praticado nas primeiras quatro séries iniciais. São pouquíssimas as escolas que trabalham o ensino bilíngue ou plurilíngue em todo o Ensino Fundamental.

A importância dos povos indígenas como protagonismo da educação escolar indígena é indispensável e faz-se necessária pelo fato do conhecimento acerca das suas necessidades de ações, que possam atender as especificidades de cada povo como destaca a LDB, em seu Art.78:

O Sistema de Ensino da União, com a colaboração das agências federais de fomento à cultura e de assistência aos índios, desenvolverá programas integrados de ensino e pesquisa, para oferta de educação escolar bilíngue e intercultural aos povos indígenas, com os seguintes objetivos. (BRASIL, 1996).

E, porque não destacar e levar a importância da educação escolar indígena para dentro dos espaços escolares e instituições de ensino superior, e assim contribuir, de forma significativa, com o processo de ensino e aprendizagem dos povos indígenas?

Neste sentido, este Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) busca relatar o percurso escolar de um indígena que nasceu na região do oeste do Pará, na Amazônia brasileira, com o intuito de poder compartilhar os desafios enfrentados e as vitórias alcançadas nesse caminho em busca de uma educação escolar indígena superior, garantindo o direito fundamental amparado na Constituição nacional.



EU, INDÍGENA, DA ALDEIA ATÉ A UNIVERSIDADE!

Avós maternos autodeclarados indígenas e pai e mãe indígenas, vindos da margem esquerda do rio Tapajós, ou como nossos anciãos costumam a dizer: “do outro lado do rio” para constituírem-se como família na margem direita do rio Tapajós, no qual naveguei literalmente em suas águas desde meu nascimento, infância, adolescência e vida adulta. Nasci e cresci na minúscula aldeia chamada Taquara (figura 1), sou o quarto entre cinco irmãos(a).

Figura 1 - Vista da área central da Aldeia Taquara/Belterra



Fonte: Acervo pessoal (Ferreira 2024).

Minha trajetória para os primeiros passos na inserção no processo de escolarização ocorreu no ano de 2000; nesse período, o primeiro contato com o ambiente escolar se deu dessa forma: não estava efetivamente matriculado, fui apenas como um curioso, ou seja, por vontade de meus pais e também por interesse, pois, um dos meus irmãos, que já havia iniciado seu percurso escolar, mostrava seu caderno com algumas atividades do seu cotidiano escolar e isso me impulsionou a querer estar nesse ambiente logo.

No ano de 2001, já estava devidamente matriculado e ansioso para iniciar novamente o período escolar, nesse momento começava a primeira série do ensino fundamental, assim era chamado esse nível de escolaridade naquela época, que funcionava na aldeia na Escola Municipal de Ensino Fundamental Dom Floriano; a sala de aula funcionava em uma pequena igreja e outras vezes no barracão e embaixo de árvores, e foi assim até a terceira série do ensino fundamental.

No ano de 2003, a aldeia foi contemplada com um prédio escolar, cedido pela prefeitura municipal de Belterra, mas isso não aconteceu por livre e espontânea vontade, o barracão (sede) já não resistia ao longo tempo de existência e foi necessário ser demolido para não oferecer tanto risco aos moradores da aldeia; sem espaço para estudar, a prefeitura viu-se na obrigação



de construir um prédio escolar com apenas uma sala, o que não resolveu muita coisa, mas foi na Escola E M E F Laurelino Floriano Cruz (figura 2) que iniciei a próxima etapa na vida de estudante, e finalizei a quarta série do ensino fundamental. Impulsionado na busca para alcançar voos mais altos em busca de sobreviver aos meios ocidentais, que são cada vez mais frequentes na vida dos povos indígenas, e isso ocorre desde o primeiro contato com os portugueses assim como outros povos de países que invadiram o território brasileiro.

Figura 2 - E M E F Laurelino Floriano Cruz (Atualmente desativada)



Fonte: Acervo pessoal (Ferreira, 2024).

Para continuar o percurso estudantil era necessária a divisão entre a escola e as tarefas do cotidiano, como: pescar, caçar, plantar, roçar e fazer farinha de mandioca, pois essas eram tarefas indispensáveis na rotina de um “curumim grande”, assim dizia minha mãe.

Apesar de ser ofertada de primeira à quarta série dentro da aldeia, o processo de escolarização ao qual fui inserido seguia os moldes ocidentais. Eu, assim como todos os estudantes da aldeia, fui alfabetizado na língua do homem branco, a língua portuguesa, os professores(as) eram não indígenas, contratados pela prefeitura de município, e nada se ouvia falar sobre educação escolar indígena embora a luta constante para o reconhecimento e visibilidade e resgate da nossa história estivesse recente.

A aldeia Taquara foi a pioneira na luta pelo reconhecimento como povos originários, a partir do ano de 1998, mais precisamente no dia 31 de maio, do mesmo ano, data na qual o inesquecível, não só pela sua aldeia mas por toda a região do baixo tapajós, Pajé Laurelino, ao despedir-se de seus familiares lhes fez um pedido, o qual seria ecoado com força em toda aldeia, e em todas as aldeias existentes nessa região, e assim fez: “não tenham vergonha de dizer que são índios e que saiam para contar as histórias de vocês.” (Laurelino *apud* Vaz, 2009).



Ao finalizar a primeira etapa da vida escolar dentro da aldeia, para que pudesse continuar a buscar conhecimentos, era necessário novos desafios, novas mudanças e a cada degrau avançado mais difícil tornava-se a inserção em busca pela educação. Digo difícil porque a realidade era outra, completamente “dissemelhante”. Afinal, era a primeira vez que saia para fora do meu território e não me refiro apenas ao espaço geográfico, mas também de aquilo que nosso território representa para os povos indígenas. O que esperar, encontrar, como as pessoas nos enxergariam e como lidar com o novo?

Iniciou-se então o ano de 2005, apesar de já ter ouvido de outros colegas para onde estava indo, ou que me aguardava, nada acalmaria o sentimento de euforia que tomava conta de mim; iniciava a partir de então a nova jornada: cursar a quinta série do ensino fundamental na Escola Municipal de Ensino Fundamental Santa Filomena (figura 3), situada na comunidade vizinha chamada Prainha, distante do território a aproximadamente 1h30min, usando os meios de transportes bajara (pequena embarcação com motor), canoa a remo e caminhando por 2h30min, cujo percurso era feito com mais frequência, o educandário atendia alunos de 4 (quatro) comunidades próximas.

Figura 3 - E M E I F SANTA FILOMENA (Comunidade Prainha I)



Fonte: Acervo pessoal (Ferreira, 2024).

Chegou então o primeiro dia de aula, éramos cinco alunos da aldeia para cursar a quinta série, porém, as aulas já haviam iniciado na referida escola a 3 (três) dias; o percurso para ir e vir foi feito caminhando, quer dizer, nadando também, pois antes de chegar até a escola há uma pequena localidade chamada Igarapé do Martanxim (Ver figura 4).



Figura 4- Igarapé do Martaxim (Travessia para chegar até a escola)



Fonte: Acervo pessoal (Ferreira, 2024).

Neste Igarapé era necessário atravessar por intermédio de canoas, porém, as pessoas da comunidade às vezes se recusavam a fazer isso. Mas, como no início do ano o rio Tapajós ainda estava em fase de cheia, dava para atravessar nadando, pois o nível do igarapé ainda estava baixo e era aí que já aproveitávamos para tomar banho antes de adentrar a sala de aula.

Após certo tempo de aventura, entramos na sala de aula, os olhares já se voltaram aos cinco recém-chegados, hora da chamada e foi possível ouvir do fundo da sala: “ah... esses aí que são os índios? Índios da boca para fora”, ou “Eu quero conhecer os indiozinhos”.

Nunca foi e talvez nunca será fácil lidar com preconceitos e falas e argumentos que tem o objetivo de inviabilizar os povos autóctones. Como defender-se daquilo? Por vezes ouvi de colegas da aldeia: “se eu não precisasse estudar eu não voltaria mais aqui”.

Ao final da aula, no percurso de volta para casa, o sentimento era de cansaço físico e psicológico, mas a vontade de buscar conhecimento sempre superou todos os obstáculos, afinal esse meio era o mais próximo para acesso à educação.

Como o passar do tempo, por meio de mobilização da aldeia junto a prefeitura do município, a aldeia foi contemplada com uma embarcação tipo voadeira. Na figura 5, ilustra-se a realidade do acesso ao local da escola.



Figura 5 - Meios de transportes usados para ir à escola no período de enchente do rio Tapajós



Fonte: Acervo pessoal (Ferreira, 2024).

Ufa, com certeza vai melhorar, pois não precisaria mais sair as 9h da manhã, para chegar às 12h na escola; porém, tal alegria não durava duas semanas, pois, devido à distância a ser percorrida até a escola, o combustível que era cedido acabava sem completar pelo menos um mês e o motor por ser velho, voltava tudo novamente ao que era: a pé ou canoa remando, e era assim durante todo o período letivo; a diferença era que no inverno a chuva era frequente e no verão lama, poeira e clima quente.

Em 2006, eu já estava cursando a sexta série, estava feliz porque, apesar dos desafios de logística diária para ir à escola, havia conseguido como diziam meus pais “passar de ano”, também isso era uma das motivações: não ter que reprovar já que essa era a escola mais próxima da aldeia. Então, como essa era a jornada para alcançar a conclusão do ensino fundamental, a rotina era certa: no período de cheia do rio tapajós, quando havia combustível, o percurso era feito de barco ou bajara; quando acabava o combustível, íamos de canoa a remo aproximadamente por uma hora, depois deixava o meio de transporte e seguia caminhando até escola. No período de seca do rio, esse percurso era feito somente caminhando, as aventuras diárias me fortaleciam na busca para aprendizagem, aprendizagem essa que não era das melhores, a educação no campo precisa de políticas públicas que permitam que a educação tenha uma qualidade adequada, para quem almeja a busca o ingresso no ensino superior, e essa fase tenha uma base sólida.

Em 2007, mais um degrau avançado, agora cursando a sétima série; a satisfação de dever cumprido era das melhores, tudo encaminhava como planejado, as rotinas para chegar ao ambiente escolar a mesma, professores quase sempre os mesmos, as metodologias de ensino também, uns com formação completa nas suas respectivas áreas, outros apenas com ensino



médio completo, o que era muito comum no período. Foi exatamente nesse ano que fui de fato impulsionado com uma pergunta do professor de Matemática, feita para a turma: “O que vocês pretendem ser ou fazer quando concluírem o ensino médio?”.

É importante pensar nisso, afinal esse período já está chegando ao fim ... mas, apesar dessa pergunta ter causado um impacto tão forte em mim, não consegui ter a certeza de que o que faria ou seria em futuro próximo, pois o que queria de fato era finalizar todos os níveis de escolaridade que o educandário ofertava, não me via ou sentia coragem para sair da aldeia e buscar novos horizontes, me refiro a estudar pois a cidade mais próxima seria Santarém.

Foi também nesse ano que a aldeia Taquara conseguiu implantar, por intermédio de muitas mobilizações junto a prefeitura do município, o funcionamento da quinta série, que era formada por alunos da aldeia e comunidades não indígenas próximas; com essa turma outros níveis de ensino foram sendo ofertados na medida que a turma avançava, e isso ocorreu até o terceiro ano do ensino médio, em 2013.

Em 2008, finalizei o ensino fundamental. Ufa, olhava para trás, não havia outro sentimento que não fosse de felicidade, porque apesar de todas as dificuldades, para chegar à escola a qualidade de ensino ofertada e preconceitos, havia conseguido.

No ano de 2009 dava início ao primeiro ano do ensino médio, novas perspectivas sobre esse novo nível de escolaridade a ser inserido, novos objetivos; o que não mudou foi o percurso, pois o ensino médio todo também foi cursado na Escola Santa Filomena, localizada na comunidade de Prainha I, no município de Belterra/PA. Essa modalidade de ensino funcionava e funciona atualmente por intermédio do Sistema de Organização Modular de Ensino (SOME), no qual as disciplinas que fazem parte desse modelo de ensino ocorriam dentro de 2 (dois) meses, dependendo da vontade do(a) professor(a), e as aulas eram ministradas em salas improvisadas, feitas pelos moradores e alunos.

Foi a partir do contato com a disciplina de história que fui impulsionado a decidir qual caminho seguir, pois ali pude sentir e ouvir a história dos povos indígenas contada de outra forma e que me tocou fortemente, ao ponto de decidir estudar e vim a ser professor de História. Assim, eu poderia dar um retorno a minha aldeia por meio de todo conhecimento que poderia buscar e trazer até o nosso território; nesse período, havia uma preocupação grande, como assimilar os conteúdos que eram repassados em pouquíssimo tempo, deixando lacunas no processo de aprendizagem, e como isso afetará futuramente?



No início do ano de 2012, finalizei o ensino médio, mais uma etapa concluída, desta vez o ensino médio a porta de entrada para ingressar na universidade: mas como ingressar nesse universo, qual caminho percorrer para chegar? Essas eram as interrogações frequentes.

Neste ano, após a conclusão do ensino médio, atuei como instrutor de música especificamente ministrando aulas de violão para crianças de entre 5 e 10 anos de idade na escola Santa Filomena, no programa Mais Educação, o qual me possibilitou o contato direto com o processo de ensino aprendizagem e também por me impulsionar ainda mais com o desejo de um dia poder adentrar o ensino superior e cursar o tão desejado curso de história; sou grato por esse ambiente escolar ter aberto suas salas de aulas para todo esse roteiro escolar.

Ainda nesse ano, por intermédio de professores da aldeia, ouvia se falar no processo seletivo oferecido pela recente universidade pública em Santarém, a Universidade Federal do Oeste do Pará (UFOPA), a qual oferecia vagas para indígenas ingressarem no nível superior, porém, aquilo era muito novo e, por falta de conhecimento, não se sabia como e quais caminhos percorrer para tentar uma vaga. Então, em 2013 tentei a vaga para acesso à universidade, porém, sem sucesso; digo ao fato de não se ter nenhuma preparação para concorrer ao mesmo, pois apesar de ser um processo seletivo para indígenas, é importante que haja uma preparação para ele. Por um lado triste, por não ter conseguido, por outro feliz, porque meu irmão Abimael Munduruku conseguiu ser aprovado para o curso de direito na Ufopa, o que nos impulsionava ainda mais a não desistir e esperar o próximo ano.

Com força que nosso território nos deposita e outros indígenas de outras aldeias que conseguiram aprovação, já foi possível prepara-se para o ano subsequente, e assim estar preparado para concorrer a uma vaga; foi então o que aconteceu: participei do processo seletivo e graças a força dos encantados fui aprovado, não no que sempre almejei, Licenciatura em História, mas sim no Bacharelado interdisciplinar de Ciências da Terra; vi no curso a possibilidade de poder dar um retorno ao meu povo e decidi permanecer no curso, embora não sendo o que queria, pois está dentro da universidade significa muito para o meu povo e povos indígenas do baixo tapajós, porque o PSEI para indígena foi adquirido por meio de árduas lutas para acesso à educação superior.

Em 2015, ingressei na Universidade e o primeiro contato com o universo acadêmico foi no CFI (Centro de Formação Interdisciplinar), que ofertava disciplinas voltadas às áreas gerais; nesse período ficamos em uma turma formada por todos os indígenas que foram aprovados no



mesmo processo seletivo o qual eu participei, uma experiência de valor indiscutível, pois tive a experiência de poder ter me relacionado com outras culturas, costumes e pessoas, o que até nos anos anteriores nunca havia tido contato. Foi nesse período que pude perceber ainda mais o quão os povos indígenas são tachados de preconceitos e estereótipos.

Finalizando o CFI, adentrei de fato no BI - Bacharelado Interdisciplinar do curso o qual havia sido aprovado, mais um desafio a ser encarado, colegas novos e disciplinas novas, e que mais me surpreendeu e surpreende até hoje é o fato de que as pessoas ainda se assustam quando alguém afirma que é indígena, logo vem as perguntas: “Qual sua tribo?” Vocês usam roupas nas aldeias, o que comem? Ah ... mas você usa celular, falam a língua portuguesa...”.

As situações acima mencionadas, são recorrentes quando se afirma ser indígena, ainda mais quando não se tem olhos puxados, dentre outros fatores que foram desenhados pela sociedade envolvente e foram passados e ensinados nas escolas no Brasil e que essas situações fazem a sociedade pensar no indígena como alguém que deve sempre está na aldeia e que se utilizar dos hábitos da sociedade ocidental deixa de ser indígena.

O outro impacto forte foi perceber que o quanto minha caminhada na escolarização até chegar à universidade não me forneceu uma base sólida para permanecer neste universo acadêmico, refiro-me principalmente às disciplinas do curso as quais, a maioria, eram voltadas para áreas das exatas; confesso tive muitas dificuldades, houve reprovações e dificilmente dava para assimilar os conteúdos repassados. Diante dessas situações, houve um momento de se pensar em desistir, porém, caso isso ocorresse não seria possível dar um retorno ao meu povo, que tanto esperam dos seus quando se inserem nesse universo. Nesse percurso, descobrir que havia a possibilidade de migrar para outro curso por meio da mobilidade interna, foi aí então uma nova oportunidade de entrar no curso tão sonhado, mas para minha frustração o processo de mobilidade não ofertou vagas para o curso de História, tentei então e consegui a inserção no curso de Licenciatura em Informática Educacional (LIE).

Assim, em 2017 ingressei no curso de Licenciatura em Informática Educacional, tudo novo outra vez, turma, professores, campus e colegas, porém diferente do curso e turma anteriores; sentir-me acolhido no novo curso, pois haviam outros indígenas na turma, éramos seis, dois pertencentes ao povo Wai Wai, dois pertencentes ao povo Munduruku do alto tapajós, um pertencente ao povo Jaraki, baixo tapajós, e eu também, pertencente ao povo Munduruku baixo tapajós, os quais facilitaram bastante no processo de ensino e aprendizagem, em nossas



dificuldades de compreensão, ajudávamos uns aos outros. Porém, no primeiro mês no curso, por problemas de saúde, tive que me ausentar e retornei no semestre subsequente, e dentro do curso me possibilitou novas formas para a perspectiva que o curso propõe: é encantador porque nos mostra uma realidade diferente para os povos indígenas, abracei com todas as forças possíveis.

O curso de Licenciatura em Informática Educacional da Universidade Federal do Oeste do Pará (UFOPA) despertou novos olhares relacionados ao modo que a educação chega até os povos indígenas. O curso de Licenciatura em Informática Educacional nos faz vislumbrar as tecnologias com uma abordagem totalmente diferente ao modo de como os meios tecnológicos chegam nas aldeias, sem nenhum tipo de instrução.

É muito importante instruir as pessoas a fazer o uso desses meios em favor dos povos indígenas, já que estamos vivendo em uma era, em que os avanços dos meios tecnológicos, até mesmo em lugares mais distantes, tornaram-se frequentes e inevitáveis entre crianças e adultos, lugares em que até pouco tempo atrás não tinham contato, com os meios tecnológicos, tais como: celular, computador, internet, DVD e até mesmo a televisão. A tecnologia invadiu o dia a dia das pessoas, seja pela mera cópia de um CD pirata, ou pelos aparelhos mais sofisticados que passaram a fazer parte da vida pessoal e profissional dos indivíduos na contemporaneidade e nas aldeias esse contato torna-se cada dia mais frequente.

É importante ressaltar que não basta apenas ofertar a educação a essa população, é vultuoso e necessário atentar de que maneira essa educação está sendo repassada, de que modo será que os professores estão preparados para o atendimento dessas pessoas, levando em consideração a realidade de cada povo, respeitando e conhecendo suas especificidades e para que o processo de ensino e aprendizagem seja de fato significativo.

Ser discente da LIE nos proporciona um papel de protagonismo, assim como todas as políticas públicas que têm o objetivo de possibilitar novas oportunidades para o nosso povo. Foi através deste curso que pude ter os primeiros contatos com laboratórios com acesso a computadores e acesso à internet, o que até os anos anteriores foi uma realidade distante na aldeia.

As disciplinas da grade curricular do curso contemplam uma proposta inovadora para o processo de ensino aprendizagem nos ambientes escolares e agregam uma colaboração grandiosa para a formação docente. Confesso que devido à ausência e pouco contato com



ferramentas digitais, as quais eram necessárias para realização de algumas disciplinas voltadas para a área de programação, tive uma certa dificuldade para acompanhar, com isso ocorreram reprovações. Mas é importante destacar que os componentes voltadas para o âmbito pedagógico nos trazem uma vasta ascensão para a compreensão sobre a contribuição e aliança dos meios tecnológicos com a educação; e tratando de educação escolar indígena, a contribuição pode ser mais significativa ainda, pois introduzir o que antes era usado pela sociedade ocidental aos povos tradicionais é trazer um despertar sobre o que podemos utilizar desses meios sem perder nossas raízes e dessa maneira fortalecer as resistências em todas as suas formas de sobrevivência ao cotidiano dos povos autóctones.

Foi por meio do curso de Informática Educacional que obtive umas das experiências mais significante nesse processo de formação docente, mas especificamente nas disciplinas de estágios.

A disciplina de Estágio Supervisionado I - Informática Educativa em Ambiente Escolares - Educação Infantil e Ensino Fundamental proporcionou-me uma dimensão do ser docente e do seu real papel na formação de seus alunos; o referido estágio foi realizado na escola EMEF Professora Sofia Imbiriba, com as turmas de Pré I e II e turma do quarto ano do ensino fundamental. Foi gratificante receber atenção e dedicação dos alunos em todo o período de execução do componente curricular, em todas as turmas, a cada metodologia aplicada uma nova curiosidade das crianças.

O Estágio Supervisionado II - Gerenciamento de Laboratório de Informática Educativa Ensino Médio deu-me a possibilidade para aplicação de todos conhecimentos adquiridos no decorrer do curso; pode-se dizer que foi uma experiência desafiadora e satisfatória está no curso de licenciatura em Informática Educacional, não quer dizer que se tem o total domínio de todos os meios voltados as tecnologias de informação e comunicação, foi realizado no colégio particular Santa Clara, nesse nível é importante ressaltar o interesse e a participação das turmas envolvidas.

O Estágio III - Ambientes Virtuais de Aprendizagem/Ambientes não Escolares nos desafiou a colocar em *locus* todos os conhecimentos adquiridos, e propôs a turma a produzir um *site* para orientação de introdução básica aos principais programas usados no âmbito acadêmico na Universidade Federal do Oeste do Pará (UFOPA), especificamente para os estudantes indígenas participantes da Formação Básica Indígena (FBI).



Um dos objetivos principais neste momento é a conclusão do curso, pois é por meio dessa conclusão que todos os conhecimentos adquiridos serão inseridos na aldeia, uma vez que podemos retornar como professor, pois é muito importante que o profissional retorne ao seu lugar de origem, para que dessa maneira todo seu processo de formação na busca de conhecimentos passa a ter um significado valioso, ou seja, buscar sapiência e levar para que seus parentes possam desfrutar do aprendizado de maneira direta e indireta e assim continuar resistindo em todas as suas formas.

Diante dessa realidade, Brasileiro e Pereira (2020, p.30) anunciam:

Na Ufopa, os desafios para garantir o acesso e a permanência dos indígenas nos cursos de graduação são latentes. Até o momento, essa universidade tem garantido o acesso dos estudantes indígenas por meio de um processo seletivo especial. Isso é significativo, pois a priori a instituição está cumprindo sua função; no entanto, as estratégias para manter a permanência e uma educação de qualidade para esses alunos. Enquanto eles tiverem nessa instituição, necessitam ser discutidas e melhoradas. Atualmente, a Ufopa é uma referência de ensino superior não só para os indígenas, mas para todas as populações que estão ao seu redor, que certamente se deslocam e se deslocarão para essa universidade em busca de formação acadêmica.

Neste sentido, em 2017 foi implantado, atendendo uma demanda dos indígenas e junto Política de Ações Afirmativas e de Promoção da Igualdade Étnico-Racial da Ufopa, a Formação Básica Indígena (FBI) - um ciclo de formação inicial para alunos indígenas ingressantes pelo Processo Seletivo Especial Indígena (PSEI), com objetivo de adaptação para a nova jornada acadêmica na universidade, o que tem uma soma grandiosa para a permanência e evitar a evasão dos alunos indígenas.

Com o objetivo de diminuir essa evasão, a instituição também oferta, por meio do Ministério da Educação (MEC), o Programa Bolsa Permanência, que é uma política pública voltada a concessão de auxílio financeiro aos estudantes, sobretudo, aos estudantes quilombolas, indígenas e em situação de vulnerabilidade socioeconômica, matriculados em instituições federais de ensino superior e assim contribuir para a permanência e a diplomação dos beneficiados. É por meio desta política pública que eu, assim como outros estudantes indígenas, tenho a possibilidade de ingressar e permanecer no ensino superior, pois para quem é oriundo de aldeias não tem residência na cidade.



CONSIDERAÇÕES FINAIS, MAS SEMPRE PROVISÓRIAS!

Com base nos fundamentos abordados, constata-se que a Educação Escolar Indígena um direito indispensável aos povos originários, pois é por intermédio do acesso total que se dá a oportunidade de continuidade a todas forma de sobrevivência cultural aos povos indígenas, embora haja as legislações que regulamentam a oferta desse modelo educacional é notório a ausência na efetivação das políticas educacionais a essas populações, minha trajetória escolar embasa um pouco sobre o acesso a esse direito, como afirma Lima (2012, p. 6):

Não basta a escola para os indígenas, mas uma escola indígena com suas diferenças e especificidades. Não basta a escola indígena, são necessárias as condições para mantê-las, programas, currículo e formação de professores. São signos que estão, até então, fora da estrutura psíquica da comunidade indígena, porém entendem que é necessário dominá-los, para que a escola possa ser um instrumento de continuidade de sua identidade cultural.

Faz-se necessário compreender a educação escolar indígena, apresentá-la e assim despertar para a busca pela sua efetivação dentro do ambiente escolar na aldeia foi nossa intenção neste texto. Buscando pelas legislações que asseguram esse modelo educacional, mostrando as garantias constitucionais que se tem na atualidade a nível federal, e no território e a partir de então contribuir para desconstruir o modelo ocidental de educação, que só vem promovendo a invisibilidade da educação escolar indígena, a qual é rica e atua como elemento importante no processo de reconhecimento dos povos indígenas.

Com base nas reflexões iniciais do meu percurso escolar da aldeia à universidade, tenho a pretensão de futuramente poder elaborar uma proposta de projeto de mestrado com vistas a pesquisar outras experiências de educação escolar indígena em territórios indígenas da Amazônia e dessa forma desconstruir o modelo educacional o qual os povos indígenas foram submetidos a séculos e que ainda hoje se fazem presentes no processo de Educação Escola Indígena.

REFERÊNCIAS

BANIWA, G. S. L. **O Índio Brasileiro**: o que você precisa saber sobre os povos indígenas no Brasil de hoje – Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade. LACED/Museu Nacional, 2006.



BRASIL. **Lei 9.394: LDB**: Lei de Diretrizes e Base da Educação Nacional. Brasília: Presidência da República, 1996.

BRASIL: **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Senado Federal: disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 14 de janeiro de 2024.

DRUPAT *et al.* **Convenção n.169 da OIT e os Estados Nacionais**. Brasília: ESMPU, 2015.

FERRARO, R. A.; SCHAFER, G. N. A. **Escolarização e analfabetismo indígena no Brasil**. UFRGS; UNILASALLE/RS, FACULDADES EST. 2007.

JULIANA, S. M. **Democracia, Liberdades, Utopia**: história da educação escolar indígena no Brasil: alguns apontamentos – XIV Encontro Estadual de História – ANAPHU, 2018. BRASIL, Lei nº 9.394 de 20 de novembro de 1996, Dispositivos Constitucionais.

LIMA, J. A. S. **Conquistas e novos desafios das políticas públicas em educação indígena no estado fronteiriço de Roraima**. 2012. Programa de Pós-Graduação em Ciência Política – PGPOL da Universidade Federal do Rio Grande do Sul/UFRGS e o Núcleo de Estudos Comparados da Amazônia e do Caribe-NECAR, da Universidade Federal de Roraima. Disponível em: <<http://www.teatros-revista/index.php/pgeografica/article/download/.../6967>>. Acesso em: 20 de janeiro de 2024

MILHOMEM, S. R.S; MILHOMEM, M. S.S. Escola indígena: avanços e Desafios no cenário nacional. **Revista Humanidades e Inovação**, v.7, n.18 – 2020.

PEREIRA, T. S. L.; BRASILEIRO, Tania S. A. Políticas públicas educacionais e escolarização indígena. **Revista Educação e Emancipação**, São Luís, v. 9, n. 3, ed. especial, jul./dez. 2016.

VAZ FILHO, F. A. **A Emergência étnica dos povos indígenas do baixo Rio Tapajós**, Amazônia. Salvador, 2010.



AUTORIA:

Marcos Ferreira Pereira

Discente do curso de licenciatura em Informática Educacional, Instituto de Ciências da Educação, Universidade Federal do Oeste do Pará (UFOPA).

E-mail: mfpmarquinho@gmail.com

País: Brasil

Tania Suely Azevedo Brasileiro

Breve currículo: Professora Titular da Universidade Federal do Oeste do Pará (UFOPA), lotada no Instituto de Ciências da Educação (ICED) e docente permanente dos programas de pós-graduação: mestrado acadêmico em Sociedade, Ambiente e Qualidade de Vida (PPGSAQ), doutorado em Sociedade, Natureza e Desenvolvimento (PPGSND) e doutorado em Educação na Amazônia (PGEDA/EDUCANORTE). É Líder do grupo de estudos e pesquisa PRAXIS UFOPA/CNPq. Possui Pós-doutorado em Psicologia (IP/USP), com Estágio Pós Doutoral junto a Catedra Vygotsky da Faculdade de Psicologia da Universidad de La Havana/Cuba). Doutorado em Educação (Universidad Rovira i Virgili/ Espanha), título revalidado na FE/USP).

E-mail: brasileirotania@gmail.com

Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-8423-4466>

País: Brasil